

O PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO NO SÉCULO XIX: A CONSTRUÇÃO DO PRECONCEITO RACIAL

Gislaine Martins Leite¹

RESUMO: O século XIX é um período fundamental para se compreender a organização social e a identidade brasileira. Esse século, palco de inúmeras transformações mundiais, sediou a gênese da história nacional que começa a ser pensada após a independência. Pensar nas mazelas sociais e no preconceito existente hoje em nosso país requer debruçarmos sobre essas questões históricas que nos remetem a uma compreensão problematizada e reveladora dessa construção de valores que exclui e diferencia-nos como indivíduos. A História brasileira iniciada nas primeiras décadas do século XIX e o discurso nacional implantado na segunda metade do século foram construídos por membros da elite brasileira, formada por intelectuais que buscavam modernizar e definir o rumo que a nação brasileira deveria seguir, intitulados “homens da ciência” eram fortemente influenciados pela visão eurocêntrica do período, grande responsável pela característica excludente da nossa sociedade. As teorias raciais, que serviram como referência para o fortalecimento das nações europeias foram adaptadas à realidade brasileira que era bem diferente da Europa, com uma grande população negra e mestiça o Brasil não poderia adotar estritamente as teorias raciais pessimistas ao desenvolvimento da civilização nacional, logo, todo esse pessimismo racial foi convertido para uma interpretação progressista típica da época, que encara a miscigenação não como degradação, como era defendida pelos teóricos europeus e sim como “*solução de um problema racial*”, onde o branqueamento traria o fim de uma raça indesejada e inferior. Assim, esses intelectuais que estavam à frente do projeto de fortalecimento da identidade nacional hierarquizaram a sociedade brasileira através da raça, introduzindo um pensamento pessimista e excludente para à população não branca do país, construindo o preconceito racial no Brasil.

PALAVRAS-CHAVES: Pensamento social brasileiro, intelectuais, teorias raciais, miscigenação.

The XIX century is a key period for understanding the social organization and the Brazilian identity. This century, the scene of numerous global transformations, hosted the genesis of national history that begins to be thought after independence. Thinking about the social ills and the prejudice that exists today in our country requires consider these historical issues that refer us to a critical understanding and revealing that construction of values that deletes and differentiates us as individuals. The Brazilian history started in the early decades of the XIX century and the national discourse in the second half of the century were built by members of the Brazilian elite, made up of intellectuals who sought to modernize and set the direction that the Brazilian nation should follow, entitled "men of science" were heavily influenced by Eurocentric vision of the period, largely responsible for the exclusive feature of our society. Racial theories, which served as references for the strengthening of European Nations were adapted to Brazilian reality that was quite different from Europe, with a large black population and mixed the Brazil couldn't adopt strictly racial theories pessimists to the development of national civilization, so all this racial pessimism was converted to a typical progressive interpretation, which views the miscegenation as not degradation as was defended by European theorists but as "solution of a problem, where money would bring the end of an unwanted and inferior race. Thus, these intellectuals who were ahead of national identity building project rank Brazilian society by race, introducing a pessimistic thought and exclusive to the country's white population, building the racial prejudice in Brazil.

KEYWORDS: Brazilian social Thought, intellectuals, racial theories, miscegenation.

¹ Pós Graduada em Metodologia da História na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul Campus de Coxim. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Historiografia Brasileira - UFMS.

Pensar a História nacional brasileira é refletir sobre as várias instituições de poder que agiram decisivamente em sua construção, essas instituições desde suas fundações em solo brasileiro tiveram um papel fundamental na confirmação e defesa dos interesses de seus governantes.

A vinda da família real em 1808 para o Brasil iniciava uma importante mudança na estrutura da colônia brasileira e firmou temporariamente a transferência da corte metropolitana para a colônia. Para resguardar o seu domínio Dom João VI via nas instituições representantes fundamentais de seu poder centralizador. Sobre isso Lilia Moritz Schwarcz nos apresenta que a vinda da família real ao Brasil marca também o início das instituições educacionais do país, pois:

...com a chegada da corte portuguesa ao Brasil, inicia-se propriamente uma história institucional local. Data dessa época a instalação dos primeiros estabelecimentos de caráter cultural – como a Imprensa Régia, a Biblioteca, o Real Horto e o Museu Real - instituições que transformavam a colônia não apenas na sede provisória da monarquia portuguesa, como em um centro produtor de sua cultura e memória. (SCHWARCZ, 1993: 23-24).

Nota-se a partir da fixação da família real no Brasil a especificidade brasileira no que se refere à relação metrópole-colônia. As instituições de ensino e cultura no Brasil a partir desse momento vivenciam um fortalecimento, tendo após 1822 um crescimento compatível com o desejo que se tinha de tornar o Brasil um produtor de saber autônomo.

Essa cultura e memória produzidas pelos representantes dessas instituições reproduziam os anseios e valores da metrópole, confirmando a dominação portuguesa uma vez que dela dependia. Eles enxergavam o Brasil como espelho ou extensão de Portugal sendo a maioria de suas produções uma continuidade deste projeto.

Esses homens de letras eram compostos em sua maioria por representantes da elite ligados diretamente à monarquia, muitos formados em Coimbra e uns poucos em outras regiões da Europa, estavam envolvidos no modelo científico da época, onde as ideias pulsavam inquietas impulsionadas pelas transformações econômicas, políticas e sociais do mundo moderno.

No século XIX em um mundo pós-revolução francesa e de crescente industrialização, o que se via eram intensas mudanças nas estruturas e relações sociais, onde a modernização e novos modelos incentivavam o aprimoramento e fortalecimento das ciências e disciplinas. Nesse contexto, a disciplina de História que ganhava seu espaço nas universidades tem um

papel fundamental na afirmação dos Estados como nações. No Brasil essas transformações marcaram importantes mudanças políticas e econômicas que acarretaram influências preponderantes à identidade do país.

Assim como na Europa, a História tinha uma íntima relação com a questão nacional, mas diferentemente da maioria dos países latino americanos, o Brasil apresentou características ímpares com relação a sua antiga metrópole, a questão nacional brasileira não significou em tese, um rompimento com Portugal, e sim uma continuidade de muitos valores e poderes, principalmente no que diz respeito ao controle e conteúdo das instituições que aqui se instalaram.

Isso se deve principalmente ao fato de que a elite brasileira que liderava o processo de independência do Brasil almejava a manutenção de seus privilégios e poderes sem desejar uma mudança social, ou seja, não buscavam um rompimento com as estruturas, a escravidão, e a característica agrária de exportação de produtos nativos, essa elite queria garantir o livre comércio, sem restrições e monopólio português, mantendo-se no poder.

Pode-se observar que no Brasil houve um tipo diferenciado de liberalismo, onde o livre comércio não significou mão de obra livre, pois nada se modificou na instituição escravocrata que continuava mesmo com a reprovação e pressão inglesa. O liberalismo aqui adotava significados diferenciados em relação a outros países, é o que o autor Alfredo Bosi chama de “liberalismo oligárquico” (BOSI, 1992:203), um modelo peculiar, que contemplava a necessidade do livre comércio com os anseios da maioria da elite brasileira, e que também é explicitado pela historiadora Emília Viotti da Costa:

O liberalismo brasileiro, no entanto, só pode ser entendido com referência à realidade brasileira. Os liberais brasileiros importaram princípios e fórmulas políticas, mas as ajustaram às suas próprias necessidades. Considerando que as mesmas palavras podem ter significados diferentes em contextos distintos, devemos ir além de uma análise formal do discurso liberal e relacionar a retórica com a prática liberal, de modo que possamos definir a especificidade do liberalismo brasileiro. Em outras palavras, é preciso desconstruir o discurso liberal. (COSTA, 1999:132).

Essa elite composta quase por completo de grandes produtores latifundiários, dependia da mão de obra escrava e viam a escravidão como um “mal necessário” e fundamental para a continuidade da produção e da exportação, em suma, para o desenvolvimento do Brasil. O discurso adotado por esse grupo que liderava o cenário político, jurídico e comercial, era um discurso nacionalista monárquico e de defesa ao tráfico negreiro, visto por eles como única

forma de garantir o comércio de exportação e importação. Esse discurso que se firmou no período de independência, se fez vigente pelas décadas seguintes como uma ideologia responsável pela permanência da escravidão até 1888.

Podemos assim, observar todo entrelace das instituições e jogo político em que estava imerso o Brasil na primeira metade do século XIX: uma constituição limitadora, uma política conservadora, uma sociedade, que resguardava privilégios e interesses de uma classe específica, onde o problema da escravidão e da população negra e mestiça pobre ocupava sempre um lugar periférico, ou era simplesmente esquecido, ignorado.

A consolidação dos Estados Nacionais marca a característica de se pensar a História no século XIX e assim como as demais ciências sociais a História vivia um grande fortalecimento, após seu reconhecimento como disciplina a preocupação com sua cientificidade se torna uma característica cada vez mais comum o que impulsiona a criação de inúmeras instituições de saberes, incumbida de produzir a história dessas nações.

A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB, em 1838, foi consequência da consolidação do Estado nacional brasileiro, e teve como principal objetivo escrever sua História. Era necessário, nesse contexto de apelo nacionalista, traçar um perfil para esse jovem país e dar unidade a sua população, como destaca também o historiador Astor Antonio Diehl:

Uma vez instalado o Estado nacional, impunha-se a tarefa de delineamento do perfil para a nação brasileira, capaz de garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das nações, de acordo com novos princípios organizadores da vida social do século XIX. (DIEHL, 1998:24).

O interior de onde as ideias eram produzidas era também reflexo do pensamento dominante, e como não poderia deixar de ser, era carregado de preconceitos e funções de poder específicas da ideologia desta elite, homens que possuíam estreitas relações com o Estado, fazendo na maioria dos casos parte importante dele. Demonstrando essa influência imperial no Instituto, Manoel Luis Salgado Guimarães, traçando o perfil dos 27 fundadores do IHGB, nos fornece as seguintes características:

A maioria deles desempenha funções no aparelho de Estado, sejam aqueles que seguem a carreira da magistratura, após os estudos jurídicos, sejam os militares e burocratas que, mesmo sem os estudos universitários, profissionalizavam-se e percorriam uma carreira na média burocracia. Parte significativa destes 27 fundadores pertencia a uma geração nascida em Portugal, vinda para o Brasil na esteira das transformações produzidas na

Europa em virtude da invasão napoleônica à península Ibérica.(GUIMARAES, 1998: p. 9-10).

As grandes contradições que o Brasil apresentava no fim do século como escravidão e população mestiça, impediam esses intelectuais de adotarem o modelo europeu na íntegra. Se o ideal de população era ter a cor da pele branca, a população brasileira nunca chegaria ao ideal de civilidade completa. Assim, alternativas foram sendo buscadas para a consolidação desse projeto, que transformaria o Brasil em uma civilização moderna.

Em 1840, o Instituto propôs uma disputa entre os seus membros para se escolher a monografia que melhor indicasse os rumos a se tomar para a escrita histórica brasileira, o vencedor do concurso, o naturalista alemão Von Martius (1794-1868), que conhecera o Brasil em expedição científica botânica, arrematou o prêmio, indicando como a estrutura da escrita histórica brasileira deveria ser.

Com sua monografia *Como se deve escrever a história do Brasil*, Martius deu importante contribuição à historiografia do período, inovando na escrita crítica e filosófica. Seu modelo incide principalmente na discussão do que para ele deveria ser o foco abordado pelos brasileiros: a composição étnica do Brasil por índios, negros e portugueses. A abordagem das três raças como construtora da nação brasileira significaria a pedra angular do mito da democracia racial no país.

A dissertação de Martius apresenta apenas um modelo, uma receita e suas ideias se concretizam fortemente em uma escrita da História brasileira na obra de Adolfo Varnhagen (1816-1878) em *A História Geral do Brasil*, obra respaldada de sentido político e de grande preocupação com o tema nacional.

A obra de Varnhagen incide sobre três características principais: o homem branco brasileiro, a nação, e o Estado. Para esse autor a independência trazia novas necessidades e o reconhecimento e fortalecimento do sentimento nacional era fundamental para a garantia da organização política do país, que deveria ser liderado por um Estado forte e centralizado. Ele via essa liderança como uma continuidade natural portuguesa, como ele mesmo explicita:

Em geral busquei inspirações de patriotismo sem ser no ódio a portugueses, ou à estrangeira Europa, que nos beneficia com ilustrações; trarei de pôr um dique à tanta declamação e servilismo à democracia; e procurei ir disciplinando produtivamente certas idéias soltas de nacionalidade (VARNHAGEN, 1998:18).

A *História geral do Brasil* (1854-1857) é uma obra fundamental para se entender como se concretizou na escrita da História nacional as influências e o pensamento acerca da construção da nacionalidade brasileira, o que deveria ser destacado e o que ficaria de fora. A maneira como foi pensada a História brasileira, e por quem foi pensada, nos esclarece várias características da identidade nacional, a estrutura política e social, as instituições, as teorias externas e suas adaptações à realidade brasileira foram preponderantes para se forjar uma História carregada de pretensões e intenções ideológicas.

A partir da década de 1870, o Brasil sofre grande influência das constantes transformações econômicas e sociais que ocorrem no mundo e também no país, há nesse momento um crescimento em prol da cientificidade das produções intelectuais, e em tempos de profunda aspiração pela ciência, o Brasil buscou nas teorias científicas de respaldo internacional inserir-se no pensamento moderno. Nesse momento, o conhecimento europeu era para os intelectuais brasileiros um modelo avançado e de civilidade superior, e o que se busca é uma nova representação do país, tanto interna quanto externa, onde o Brasil explicaria-se por paradigmas científicos modernos.

A economia brasileira também passava por modificações significativas e a expansão do cultivo e exportação do café trazia para o sudeste um maior fluxo econômico, resultando em uma forte onda de industrialização, essas mudanças diversificaram o cenário econômico na medida em que também se diversificavam a origem dos grupos intelectuais brasileiros. As áreas de atuação desses grupos eram cada vez mais distintas e, essa variedade de instituições e especializações ocasionavam uma maior diversidade teórica e uma mudança no perfil do intelectual brasileiro que começa a romper com a característica oligárquica dos eruditos da primeira metade do século, que tinham sua formação basicamente nos centros de Coimbra, o que importava agora era a ciência, como fica claro na fala de José de Alencar (1829-1877): “Nesta oficina do trabalho intelectual cada um tem sua especialidade, como na loja do artista. A ciência forneceu a matéria-prima, o pensamento, nosso gesso ou mármore.” (ALENCAR, 2009: 239).

Para esses intelectuais era o começo de um novo tempo, um rompimento com o passado, sinônimo de atraso e estagnação, rumo ao novo, ao progresso, ao moderno. Esses intelectuais estavam diante de uma nova necessidade, e se viam a frente desse caminho ao progresso. Buscavam a inserção do Brasil no debate da moderna cientificidade das nações desenvolvidas, onde o discurso intelectual científico caminha lado a lado com o discurso

político, em prol da modernização das estruturas e elevação cultural da nação, como ressalta Celso Noboru Uemori:

Neste sentido, o trabalho intelectual não mais se separaria da ciência e da ação política. Arte, ciência e política tornaram-se a tríade que se complementavam. A atividade literária e a crítica passaram a ser uma forma “científica” de inserção do intelectual no debate político, tendo em vista pensar a sociedade em que vivia e projetar o seu futuro (UEMORI, 2001:19-20).

Nesse contexto de rupturas com teorias passadas e busca da cientificidade plena, os intelectuais brasileiros encontraram nas teorias de forte expressão, europeias e norte-americana, uma forma de elevar o Brasil ao debate intelectual moderno que ecoava no mundo:

Teorias como o evolucionismo social, o positivismo, o naturalismo e o social-darwinismo, “um cinemathographo em ismos”, começam a se difundir a partir dos anos 70, tendo como horizonte de referência o debate sobre os fundamentos de uma cultura nacional em oposição aos legados metropolitanos e à origem colonial. (SCHWARCZ, 1993:28).

O discurso evolucionista dava aos intelectuais brasileiros uma pertinente saída para a análise da sociedade, com uma população negra numerosa, e o receio constante dessa parcela da população, esse discurso que antes fora usado para justificar práticas de dominação imperialistas europeias, agora auxiliariam para a explicação social da realidade brasileira, justificando a dominação de classe através da ideia de inferioridade das raças.

As teorias raciais que tiveram seu amadurecimento no início do século XIX, na verdade remetiam a influências de estudos preconizados no século XVIII, por autores como Georges-Louis Leclerc Buffon (1707-1788) e Corneille De Pauw (1739-1799), que fortaleceram as teorias científicas sobre as diferenças humanas em decorrência da raça. Esses estudos foram de certa maneira, incentivados por um período de descobertas de novos territórios e conseqüentemente contato com povos ainda desconhecidos e de costumes diferenciados.

Esses autores chegaram a suas conclusões após ensaios e pesquisas no “novo mundo” concebendo imagens negativas da América, o naturalista francês Georges-Louis Leclerc Buffon (1707-1788) foi um dos principais estudiosos desses modelos, sua tese sobre *A infantilidade do continente*, rompia com as características positivas do homem americano, onde, segundo sua teoria, o americano era desprovido das qualidades humanas naturais.

Outro importante teórico das doutrinas raciais foi o conde francês Arthur de Gobineau (1816-1882), um grande defensor da superioridade da raça branca, Gobineau influenciou fortemente as produções europeias e brasileiras. O conde foi designado a um país que possuía o que para ele, “era a causa da degenerescência da raça e motivo de queda de todas as grandes civilizações,” (SOUSA, 2008:3), a miscigenação. Gobineau veio a contragosto ao país e por todas as suas convicções científicas não estava satisfeito com a realidade a qual se deparara:

O Rio de Janeiro em 1849, segundo Manolo Florentino em sua freguesia urbana, com uma população escrava de 39% e 5% de libertos, enquanto a população livre era de 56%. Antes porém no censo de 1772, esses números eram de 84% para a categoria livres e 16% para a de escravos(...) Se levarmos em conta o intercuro entre as raças na América Portuguesa que produzia uma população mestiça permeando todas as classes; e se somarmos a isso o fato de que a febre amarela, introduzida na Bahia por um navio norte-americano, já começava a fazer vítimas no Rio de Janeiro naquela época, o conde tinha motivos de sobra para não ficar nada satisfeito com seu novo posto. (SOUSA, 2008:2).

Esses postulados se fortaleceram com a adoção do termo raça para diferenciação das espécies humanas no início do século XIX, onde aspectos biológicos seriam determinados pela raça do indivíduo, o que dava aos homens uma noção de pertencimento através de uma herança genética reforçando sentimentos de nacionalidade.

Traça-se um perfil de ideal de raça, a branca, tida como superior natural entre a raça negra e americana, tidas como inferiores, estando em um menor grau de desenvolvimento em relação à europeia. Nesse contexto há uma repudia em relação à miscigenação dos povos que resultaria na degeneração humana.

Os desdobramentos do evolucionismo social foram responsáveis também por teorias de determinismos geográficos, que pressupunham que o clima e vegetação tinham ligação direta com as características raciais, assim, novamente se utilizando de uma visão científica eurocêntrica, os especialistas chegaram à conclusão que o clima tropical, característico de regiões latinas, era determinante para explicar sua inferioridade e degeneração, características opostas às raças de clima ameno.

As teorias de explicação biológica das diferenças entre os grupos humanos promoveram uma visão racial quase generalizada sobre a superioridade branca europeia. Essas doutrinas raciais também fortaleceram a visão pessimista sobre os mestiços, pois como pressupunha os poligenistas evolucionistas as diferentes raças chegariam à degeneração através da miscigenação, isso porque para eles o cruzamento das raças propiciava ao mestiço

a adoção apenas dos defeitos das raças ancestrais, e isso deveria ser fortemente evitado. Lilia Schwarcz aponta duas decorrências desse pensamento: “enaltecer a existência de ‘tipos puros’ – portanto não sujeitos a processos de miscigenação – compreender a mestiçagem como sinônimo de degeneração não só racial como social” (SCHWARCZ, 1993: 58).

Toda essa doutrina racial que se formulou no final do século XVIII e século XIX delineou um paradigma dominante nesse período, pensar e hierarquizar a sociedade perpassava naturalmente por questões raciais. Essa divisão racial era respaldada por conceituadas teorias científicas, defendidas e estudadas por intelectuais de todo o mundo, sendo compreensível e natural que intelectuais que buscassem pensar no fortalecimento da nacionalidade de seu país inserindo-o no cenário científico e moderno de sua época, se utilizassem dessas teorias para explicar sua sociedade.

Os intelectuais brasileiros tinham que solucionar algumas indagações que se tornaram dominantes nas últimas décadas do século XIX, e pensar como lidar com a complexa relação de suas classes sociais devido à mão de obra escrava e sua eminente abolição. Buscavam assim, uma forma de explicar a sociedade sendo possível fortalecer a identidade cultural e estabelecer princípios hierarquizantes na sociedade para uma estabilidade social.

Os problemas eram então explicados por diferenças raciais, mas de uma forma bastante peculiar, a maneira como cada instituição e também cada intelectual se utilizou das teorias raciais não são uniformes, não se produziram cópias das teorias europeias e norte americanas, raça no Brasil foi pensada de acordo com a sua realidade.

Dos centros intelectuais saíam produções científicas e também literárias extremamente deterministas, as obras retratavam com rigor o discurso racial que excluía e inferiorizava índios, negros e mestiços. Assim o discurso naturalista dominou determinantemente o que se produzia no Brasil dando a literatura um aspecto quase científico, já que ela recorria a argumentos e teorias científicas em seus enredos. Os periódicos se encarregavam da efetivação das produções dos “cientistas do direito”, em sua maioria produções de Antropologia Criminal, esses artigos eram responsáveis por transmitir a produção intelectual do país.

A Antropologia Criminal era para esses intelectuais uma importante arma para se combater a criminalidade, para essa disciplina o crime tinha ligação direta com a questão racial, o que explicava as instabilidades sociais e o temor constante que esses intelectuais

viviam em decorrência da diversidade de raças. As conceituadas teorias estrangeiras que a muito já relacionavam o perfil criminoso como uma questão biológica e racial, influenciavam preponderantemente as produções brasileiras e o entendimento desses intelectuais sobre a criminalidade do país.

A miscigenação, que era vista pela grande maioria de letrados como responsável pelo atraso em que o Brasil se encontrava, e o medo que o mestiço, o negro e o índio transmitiam ao restante da população, fizeram os intelectuais desse período pensarem, cada qual a sua maneira, em uma identidade nacional que solucionasse o conflito de raça no Brasil.

Silvio Romero (1851-1914) era bacharel em direito da faculdade de Recife, e foi um dos grandes representantes das mudanças teóricas que assolaram as últimas três décadas do século XIX, e um dos pioneiros ao enxergar a miscigenação como fundamental na formação da cultura, folclore e literatura brasileiros, “no dia em que o mestiço cantou a primeira quadrinha popular nos eitos do engenho, nesse dia começou de originar-se a literatura brasileira” (ROMERO, 2000:331).

Em sua originalidade ao adaptar doutrinas raciais ao caso brasileiro, Romero criticava a visão pessimista sobre a miscigenação, mas entendia as raças como estando em processos distintos de evolução, sendo a raça branca a mais evoluída das espécies. Não escapou do sentimento de ser um “eleito” para indicar os rumos da nação e acreditava fielmente em suas bases científicas para isso, “Intelectual de muitos radicalismos, de erros e acertos em suas avaliações, Romero foi, sobretudo um homem de seu tempo ao tentar aplicar todo um ideário científico à complexa realidade nacional” (SCHWARCZ, 1993: 153).

Mas nem todos os intelectuais viam a miscigenação como solução para um projeto de civilização nacional, o médico e etnólogo Nina Rodrigues (1862-1906) da Faculdade de medicina da Bahia, se preocupou em elaborar uma disciplina específica de estudo ao negro no Brasil, e redigiu inúmeros artigos e teses sobre a inferioridade e degeneração da raça negra. Para o médico as populações não brancas, e aí se incluem os mestiços, são um obstáculo para a civilização e progresso, pois existiria uma “... impossibilidade material, orgânica, a que os representantes das phases inferiores da evolução social passem bruscamente em uma só geração, sem transição lenta e gradual, ao gráo de cultura mental e social das phases superiores.” (RODRIGUES, 1894:50).

Nina Rodrigues foi o nome mais importante da Faculdade da Bahia na segunda metade do século XIX, e sua obra *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil (1894)* teve grande repercussão nacional, e teria como objetivo responder a pergunta acerca do lugar do negro e mestiço na sociedade brasileira.

As obras literárias da época refletiam bem esse apego pela questão racial. Aluísio Azevedo (1857-1913) e Euclides da Cunha (1866-1906) foram autores que deixaram evidentes em suas obras o determinismo racial latente do século.

O cortiço (1886) de Azevedo revela através da relação de seus personagens uma característica que ultrapassava os discursos acadêmicos e obras científicas, seus personagens comuns da sociedade brasileira demonstram como um discurso determinista pode fazer-se presente no cotidiano social, Bertoleza uma escrava, se enche de alegria ao receber o pedido de compromisso de um comerciante português:

Ele propôs-lhe morarem juntos e ela concordou de braços abertos, feliz em meter-se de novo com um português, porque, como toda a cafuza, Bertoleza não queria sujeitar-se a negros e procurava instintivamente o homem numa raça superior à sua. (AZEVEDO, 1997: 3).

Outra personagem de *O cortiço* também tem a “mesma sorte”, Rita Baiana uma bela crioula que escolhe comprometer-se com um português a um brasileiro: “preferiu no europeu o macho de raça superior” (AZEVEDO, 1997: 3). As duas situações evidenciam bem a aplicação da superioridade branca no imaginário das personagens de Aluísio.

Euclides da Cunha que acompanhou a revolta de Canudos, também partilhava da ideia de superioridade da raça branca. Euclides defendia a existência de dois tipos de mestiços no Brasil, um litorâneo e o sertanejo que para ele apresentava características superiores ao outro, debateu fortemente os estudos craniométricos do crânio de Antônio Conselheiro líder da Revolta feito por Nina Rodrigues, e apontou características positivas do interior do sertão e do sertanejo brasileiro “O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral”. (CUNHA, apud: VENTURA, 1991: p. 55).

Euclides denunciou o massacre das tropas a Canudos e criticou a República, mas não deixou de empregar a influência racial determinista com a visão de que o mais forte se sobressai ao mais fraco, sendo a raça branca predominante sobre as outras. Esse paradigma racial englobou os homens que pensavam sobre seu tempo, em um período que se buscavam respostas e caminhos a se seguir, traçou-se dessa forma, um caminho sem volta, que influenciaria fortemente a sociedade brasileira.

Apesar dos perfis desses intelectuais terem se diversificado na segunda década do século XIX mediante as diferenças na formação e instituições que defendiam, eles em sua maioria, eram de classes sociais mais elevadas e viviam em um período onde as produções se aproximavam intimamente de questões políticas e sociais. Não se pode deixar de destacar esse grande apelo científico da época, como vimos os intelectuais brasileiros se viam como “os eleitos” para conduzir o Brasil rumo à modernidade.

Todas essas questões fizeram com que as produções brasileiras mesmo que possuindo características eurocêntricas, apresentassem uma originalidade e um estilo próprio e peculiar, uma produção feita por “brasileiros eleitos” que, sanava questões sociais de hierarquia através do determinismo racial e interpretava a miscigenação não como degeneração, como teorizava Gobineau, mas como saída para a nação.

O determinismo racial se tornou presente em todas as esferas do conhecimento brasileiro através da produção dos intelectuais nos Institutos Históricos e Geográficos, nas Faculdades, e veículos de comunicação, essa predominância teórica, mesmo que aplicada de forma diferenciada por cada autor e instituições que representavam, foi utilizada para embasar a construção de um discurso de identidade nacional, um discurso que se moldaria não apenas na identidade coletiva mais estaria presente na cultura e identidade íntima de cada indivíduo, como observamos na fala de Stuart Hall, “Uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos” (HALL, 2006:14).

Esses discursos ao agirem como representações dando sentidos a vida fazem com que a população se sinta pertencente a essa nação e nela se identifique, construindo assim, as identidades individuais. É preciso observar que a busca pelo fortalecimento do sentimento e identidade nacional era uma busca constante dos intelectuais brasileiros desde a independência do país, e que essa nação e identidade foram pensadas por esses homens, que estavam à frente do projeto de construção nacional, intelectuais em sua maioria da elite que se utilizaram do paradigma racial para pensar e organizar a sociedade brasileira.

A visão da inferioridade das raças negra, indígena e mestiça, dominou o posicionamento de inúmeros intelectuais brasileiros, só sendo combatidas do século XX, mas a herança que essas doutrinas acarretaram para a identidade nacional não pode ser descartada,

elas foram fundamentais para a visão preconceituosa que se tem do negro na sociedade brasileira.

O racismo científico assumiu uma função interna, não coincidente com os interesses imperialistas, e se transformou em instrumento conservador e autoritário de definição da identidade social da classe senhorial e dos grupos dirigentes, perante uma população considerada étnica e culturalmente inferior. As concepções racistas se tornaram parte da identidade das elites em uma sociedade hierarquizada e estamental, com grande participação de escravos, libertos e imigrantes no trabalho produtivo. A identificação dos letrados com os valores metropolitanos levou à relação etnocêntrica com as culturas indígenas, africanas e mestiças, percebidas pela mediação do discurso europeu. (VENTURA, 1991: 60).

Dessa maneira, as teorias raciais têm papéis bem específicos na sociedade brasileira, além do controle interno, foram aplicados como uma forma de neutralizar os possíveis conflitos entre as raças. A visão da inferioridade das raças negra, indígena e mestiça, dominou o posicionamento de inúmeros intelectuais brasileiros, só sendo combatidas do século XX, mas a herança que essas doutrinas acarretaram para a identidade nacional não pode ser descartada, elas foram fundamentais para a visão preconceituosa que se tem do negro na sociedade brasileira.

Mesmo a visão positiva da miscigenação defendida por Romero e outros intelectuais, estava carregada de um discurso racista e excludente, para eles a miscigenação levaria ao branqueamento da população brasileira, apagando as características degenerativas da raça negra e índia. O discurso racial serviu também como forma de se estabelecer uma diferenciação do nível evolutivo dos intelectuais para com a “massa degenerada”, era um racismo de exclusão que comprovava com os critérios de cientificidade da época a inferioridade não só biológica mais cultural e social para a manutenção da posição que a classe letrada ocupava.

Essas produções que contribuíram para a construção de um novo projeto de identidade nacional serviram como um poder simbólico agindo na sociedade brasileira em um momento em que o sentimento de pertencimento ainda se encontrava frouxo. Poder simbólico entendido pela perspectiva de Pierre Bourdieu sendo “um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social).” (BOURDIEU, 1889: 9). Sendo os símbolos “os instrumentos por excelência da integração social: enquanto instrumentos de conhecimento e comunicação”. (BOURDIEU, 1889: 9).

Se todas essas produções agiram como símbolos na vida dos brasileiros dando-lhes um sentimento de integração social, também estabelecia qual lugar cada raça deveria ocupar. Esse poder simbólico intensificado pelos símbolos servia então como forma de dominação da elite letrada do Brasil, que controlava e produzia esses símbolos provocando o que Bourdieu chama de violência simbólica, um controle passivo de uma classe sobre outra.

Em um país que buscava tornar-se branco a cor negra da pele era um estigma doloroso de se ver, e já que não era possível fazê-lo desaparecer restavam-se dois sentimentos: o desprezo e a esperança de um definitivo adeus no futuro pelo branqueamento. Foi com base nesses paradigmas raciais de cunho eurocêntricos que se consolidaram um forte sentido racial na cultura nacional, que contribuiu fortemente para o estabelecimento de valores e comportamentos preconceituosos em grande parte da população nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, José de. *Cartas de Erasmo*. José de Alencar; organizador, José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro: ABL, 2009, (Coleção Afrânio Peixoto; v. 90).

AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. 30. Ed. São Paulo: Ática, 1997.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil S.A. 1989.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 7 ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. (Biblioteca básica).

DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: n. 1, 1998, p.5-27.

HALL, Stuart. *A identidade na pós-modernidade* / Stuart Hall; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro – 11 ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

RODRIGUES, Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Editora Guanabara Waissman Koogan Ltda. Bahia, 1894, p. 50.

ROMERO, Silvio, apud, VENTURA, Roberto. *Um Brasil mestiço: raça e cultura na passagem da Monarquia à República*. In: MOTA, C. G. *Viagem incompleta: a experiência brasileira*. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUSA, Ricardo Alexandre Santos de. *Agassiz e Gobineau – As ciências contra um Brasil mestiço*. Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de pós-graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2008.

UEMORI, Celso Noboru. *Joaquim Nabuco: lutas, propostas e diálogos (1879-1888)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP. São Paulo, 2001.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo, apud GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: n. 1, 1998.

VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.